

ESTUDOS DE USUÁRIOS E A FORMAÇÃO DO CONHECIMENTO NA PERSPECTIVA DAS PRÁTICAS INFORMACIONAIS

USER STUDIES AND KNOWLEDGE FORMATION FROM THE PERSPECTIVE OF INFORMATION PRACTICES

 Ilemar Christina Lansoni Wey Berti¹

¹ Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual de Londrina (PPGCI/UEL).

E-mail: christinaberti@uel.br



ACESSO ABERTO

Copyright: Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional. 

Conflito de interesses: A autora declara que não há conflito de interesses.

Financiamento: Não há.

Declaração de Disponibilidade dos dados: Todos os dados relevantes estão disponíveis neste artigo.

Recebido em: 2 jun. 2023.

Aceito em: 8 jun. 2023.

Publicado em: 31 jul. 2023.

Como citar este artigo:

BERTI, Ilemar Christina Lansoni Wey. Estudos de usuários e a formação do conhecimento na perspectiva das práticas informacionais.

Informação em Pauta, Fortaleza, v. 8, n. esp., p. 277-291, jul. 2023. DOI: 10.36517/2525-3468.ip.v8iesp.2023.90682.277-291.

RESUMO

Introdução: O trabalho apresenta uma perspectiva dos estudos de usuários para compreender a formação do conhecimento, a partir da relação imbricada dos sujeitos com a informação, identificada por práticas informacionais. **Metodologia:** Trata-se de uma pesquisa bibliográfica que discute a genealogia da formação do conhecimento fundamentada na teoria social, na valorização da historicidade dos sujeitos e na conformação de suas ações. **Resultados:** as práticas informacionais abarcam elementos do cotidiano, ligadas a forma como os sujeitos se relacionam com a informação. Quanto à formação do conhecimento, destaca-se uma ação recíproca e inseparável do sujeito informacional e os valores sociais, cujas explicações podem ser sustentadas por teorias antropológicas e sobretudo sociológicas, relacionadas pela forma como são conformados os próprios sujeitos, a informação e os valores sociais. **Conclusão:** o sujeito informacional é agente na formação do conhecimento. Ao se relacionar com os valores sociais e culturais no âmbito da informação, ressalta-se o aspecto praxiológico da interação contínua e permanente de ser e estar no mundo, conformando o conhecimento do sujeito sobre a realidade em que está envolvido.

Palavras-chave: estudos de usuários; formação do conhecimento; práticas informacionais.



ABSTRACT

Introduction: This paper presents a perspective on user studies to understand the formation of knowledge based on the intertwined relationship between individuals and information, identified through information practices. **Methodology:** It is a bibliographic research project that discusses the genealogy of knowledge formation, grounded in social theory, the appreciation of individuals' historicity, and the shaping of their actions. **Results:** Information practices encompass everyday elements linked to how individuals relate to information. Regarding knowledge formation, there is a reciprocal and inseparable

action between the informational subject and social values, whose explanations can be supported by anthropological and particularly sociological theories relating to how the subjects themselves, information, and social values are shaped. **Conclusion:** The informational subject is an agent in knowledge formation. By relating to social and cultural values within the realm of information, the praxeological aspect of the continuous and permanent interaction of being and existing in the world is emphasized, shaping the individual's knowledge of the reality they are involved in.

Keywords: user studies; knowledge formation; informational practices.

1 INTRODUÇÃO

O objetivo desse trabalho é apresentar uma perspectiva dos estudos de usuários para compreender a formação do conhecimento, a partir da relação imbricada dos sujeitos com a informação, identificada por práticas informacionais. Para tanto, considera-se responder: como são constituídas as práticas informacionais? Qual a relação do campo de valores culturais e sociais discutida pela abordagem social com a formação do conhecimento? Pesquisas empíricas de práticas informacionais no Brasil, foram desenvolvidas predominantemente pelo Grupo de Pesquisa - Estudos em Práticas Informacionais e Cultura (EPIC), desde 2014, publicadas no campo de Estudos de usuários da informação. Na trajetória dos estudos de usuários de informação, foram consideradas três diferentes abordagens: tradicional, alternativa ou cognitiva e social, caracterizadas com vários desdobramentos que implicaram nos resultados das pesquisas, que vão de mais generalistas a mais complexos e significativos.

2 ESTUDOS DE USUÁRIOS

Os Estudos de usuários podem ser desenvolvidos por meio de três diferentes abordagens. A abordagem tradicional que tem o foco nos sistemas de informação, desenvolvidos e otimizados a partir da avaliação de seus usuários. A abordagem alternativa ou cognitiva, desenvolvida com base na crítica aos estudos tradicionais, cuja informação é compreendida por uma linearidade de sentido, para, do contrário, se

conceber as multiplicidades de interpretações, os contextos e a aderência das necessidades informacionais com foco no indivíduo. E a terceira abordagem, identificada como social, sociocultural ou interacionista, presente na contemporaneidade sobre as formas de realizar estudos de usuários na perspectiva das práticas informacionais, cujos elementos de ordem antropológica, sociológica e intersubjetiva, são compreendidos como intervenientes na formação do tecido social e referentes para a genealogia da formação de valores, que incidem sobre as escolhas e as ações dos sujeitos e não mais de um usuário utilitarista de informação.

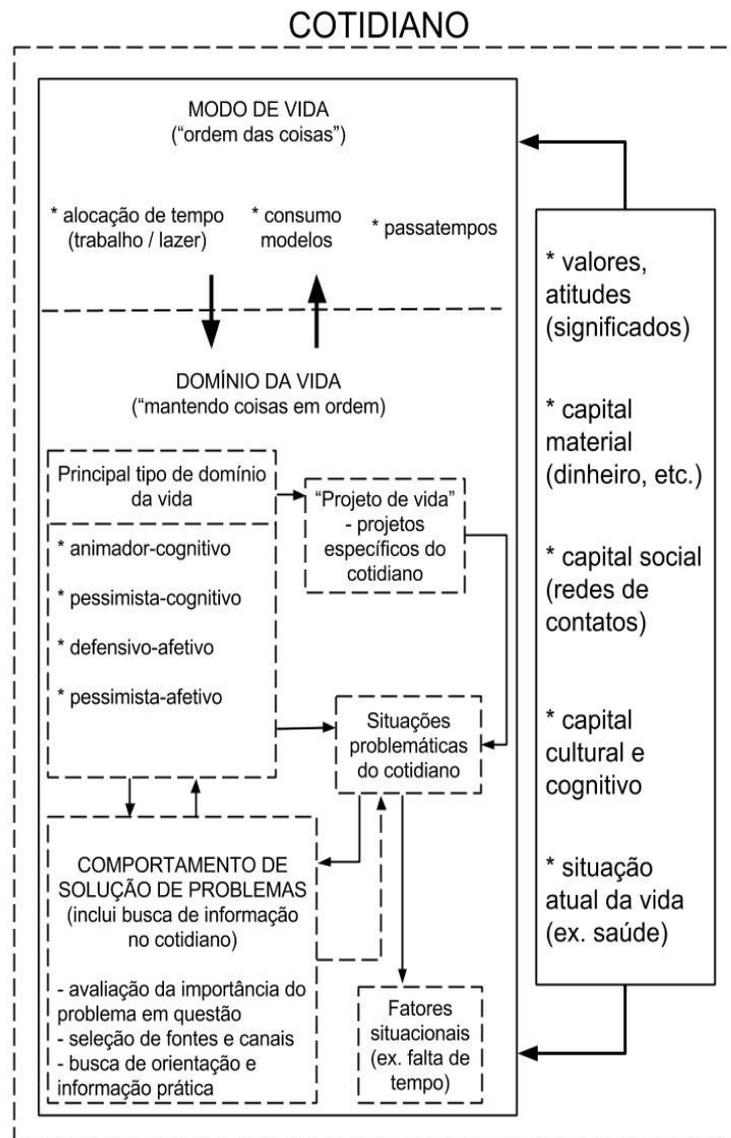
O conceito de “práticas informacionais”, foi desenvolvido por autores como Savolainen (1995), Talja (1996), a partir do início da década de 1990. Contudo, nos últimos dez anos, decorrente do aprofundamento de estudos fundamentados pela teoria social, as publicações no país têm se multiplicado e fortalecido o debate, ao abordar a relação indivíduo-sociedade, marcado pelo fenômeno informacional de ação e significação da informação, evocando uma abordagem compreensiva¹. Nesse sentido, entende-se ser inviável a previsão e determinação de uma única resposta pela adoção de um modelo unicamente cognitivo, presente em alguns estudos sobre comportamento informacional. Isso porque, com base nas contribuições da teoria social, tem-se o entendimento de que, não existe um usuário que consome a informação que está no mundo ou apenas a interpreta, mas um sujeito informacional, que age sobre a informação, criando sentidos, reforçando significados e protagonizando os acontecimentos informacionais. Nesse entendimento, os sujeitos se apropriam do conhecimento em situações específicas, de modo que suas ações constroem os cotidianos, marcados pela peculiaridade de cada ator social, construída não de uma reflexão imediata do constructo social, mas transformada e reescrita. Para tanto, considera-se responder: como são constituídas as práticas informacionais? Qual a relação com o campo de valores culturais e sociais discutida pela abordagem social?

¹ A abordagem compreensiva fundamenta-se na Sociologia Compreensiva de Max Weber e no conceito de ação social, o autor estabelece uma análise das inter-relações entre os fenômenos sociais através de tipos de ação dos indivíduos.

3 PRÁTICAS INFORMACIONAIS

Reijo Savolainen da Universidade de Tampere, na Finlândia, em 1995, foi quem primeiro discutiu o conceito de práticas informacionais na Ciência da Informação. O autor destacou nas suas pesquisas a centralidade da dimensão social da informação ao propor uma maneira de compreender as ações dos sujeitos no cotidiano. Para o autor, o “modo de vida” tem como concepção o modo como os sujeitos resolvem os seus problemas, vinculando-os aos aspectos construtivos do conhecimento, uma imbricação de uma unidade individual e de uma construção social, que só é compreensível com a aproximação situacional, contextual, permeada de pessoalidades. Savolainen (1995), recorre ao conceito de *habitus* de Pierre Bourdieu (1984, p. 170 -175) para destacar a dimensão da naturalização das práticas cotidianas incorporadas pelos indivíduos por meio de normas e expectativas sociais. Conforme Bourdieu, o *habitus* é um sistema de pensamento social, culturalmente determinado. Na aproximação de Savolainen, os fatores socioculturais, ou seja, o “campo” das relações, vistos como determinantes das ações dos indivíduos que partilham atitudes convencionadas, entendidas como a “ordem das coisas”, advindas de uma tipificação social e de uma linguagem compartilhada, são intervenientes nas interações dos sujeitos com a informação.

Em suas referências, Savolainen (1995) elucida a perspectiva social ao relacionar a “ordem das coisas” ao modo como os sujeitos informacionais solucionam seus problemas, diferenciando a busca e o uso da informação em condições específicas de situações corriqueiras. Para o autor, as situações corriqueiras ou do cotidiano são resolvidas com base nas interações dos sujeitos, de maneira que as experiências de vida são a centralidade das práticas informacionais. Embora os modelos cognitivos levem em consideração fatores sociais, desconsideram o continuum das situações vividas pelos sujeitos que buscam em suas vivências um universo de opções para direcionar suas ações, formadas com base na cultura e nas convenções sociais que, em certa medida, estruturam suas escolhas.

Figura 1 - Referências de busca de informações no cotidiano.

Fonte: Savolainen (1995, p. 268, tradução nossa).

Para o autor, as práticas informacionais estão vinculadas à formação de um sujeito interativo e em construção permanente, que se dá por uma relação de elementos heterogêneos que cooperam entre si. Sem atribuir uma ordem de importância aos constituintes dessa relação, os valores que direcionam suas escolhas são os mesmos ensinados a esse sujeito, sobre como funciona o mundo, o qual atribui a este conhecimento, categorias inscritas em enquadramentos sociais. Nesse sentido, as práticas informacionais caracterizam-se como sendo uma das formas de olhar para os sujeitos, um modo de se compreender os atores sociais e suas relações informacionais que incluem percepções, escolhas e apropriações.

A compreensão das práticas informacionais dos sujeitos apresentada por Savolainen (1995) foi baseada em uma pesquisa empírica realizada com dois grupos, um formado por professores e outro por trabalhadores com escolaridade inferior e carga horária de trabalho superior, além de limitações no tempo de lazer em relação ao primeiro grupo. O autor constatou que os grupos se distinguiram qualitativamente quanto à percepção e à limitação na apropriação da informação. Para Savolainen, alguns elementos sociais presentes na relação cotidiana dos sujeitos da pesquisa, entre eles os recursos materiais, referente à classe social e o capital cultural que possuem, conformavam as possibilidades que os sujeitos tinham de acionar esses recursos, além do capital cognitivo também amplamente influenciado, referente ao conhecimento já apropriado, ligado à forma como o sujeito pensa o mundo.

A realidade social é composta por aspectos objetivos e subjetivos, interiorizada no processo contínuo de constituição do social, podendo conceber um paradigma da informação, para além do social, mas transversal. Nesse aspecto, o contexto informacional, a informação como unidade de conhecimento “aquilo que é conhecido”, recebe do sujeito um status intersubjetivo, decorrente de um conhecimento prévio construído e apropriado. Nesse sentido, observa-se a desnaturalização das ações dos sujeitos, desfazendo-se da ideia de elementos desconectados, que colocam a informação e os sujeitos separados. Os sujeitos não são simples intérpretes das representações do mundo que os compõem, atribuindo supostamente ao homem a condição de consumidor do social, ou seja, do mundo informacional, entendido como pronto, acabado, que está à disposição e independe da sua ação.

Em conformidade com as investigações de Savolainen (1995), Araújo (2012), Rocha e Gandra (2018) e Berti (2021), indicam que as práticas informacionais não podem ser baseadas na explicação unicamente racional e abstrata de conformação das necessidades, busca e uso da informação, mas das construções intersubjetivas que embasam as relações informacionais dos sujeitos. Nesse aspecto, o conceito de práticas informacionais evoca os conceitos de interação e cultura para compreensão das ações dos sujeitos, referente tanto às suas escolhas informacionais, quanto ao campo de valores e significação.

As práticas informacionais são conformadas nas ações dos sujeitos, influenciadas por processos conscientes e inconscientes, que perpassam as interações sociais, em que pessoas e informação, embora diferentes e independentes, constituem-se em uma relação

de reciprocidade no campo dos significados. Com essa compreensão, o conceito de cultura ocupa um lugar importante na discussão, de modo que se consideram os valores dados à informação pelos sujeitos, baseados nas atribuições construídas no contexto, bem como sedimentadas pelos valores socialmente construídos. Geertz (1989) defende o conceito de cultura antropológico, considerando que ao mesmo tempo que os sujeitos recorrem aos significados para compreensão do mundo, contribui para produzi-los e reforçá-los.

A cultura vista como estruturante das relações e interações sociais, atua numa perspectiva simbólica, constituída nos constructos sociais que perpassam as relações de poder, estabelecidas nos processos de significação. Thompson (1995), com base nos aspectos estruturais de Bourdieu (2000), destaca que as interações dialogam como formas simbólicas em contextos estruturados, possíveis de serem apreendidos pela análise cultural pensada como “o estudo da constituição significativa e da contextualização social das formas simbólicas” (THOMPSON, 1995, p. 166). Nessa concepção, os atos que formam esse composto de ações, encontram questões de socialização que dizem sobre as estruturas sociais que regulam as identificações com o mundo e a sociabilidade que aborda a interação da pessoa que quer se ligar ao outro, pelo simples prazer da relação, carregada de particularidade e expressividade, numa dimensão afetiva e simbólica de interação e encontro, no mesmo tempo e espaço (FRANÇA, 1996). A interação significa ‘ação recíproca’, esse conceito põe em relevo o fato de uma ação ou influência exercida por algo ser também afetada por esse algo. Numa perspectiva interacionista, portanto pragmática, o usuário não é totalmente determinado pelo contexto em que está inserido, nem é totalmente isolado ou alheio a ele; a determinação que o contexto exerce existe, é real, mas não é mecânica nem absoluta, é interpretada e alterada pelo sujeito (ARAÚJO, 2012, p.149). Para Araújo, a interação está presente no movimento de busca, seleção e atribuição de valor à informação e tem origem no seu ambiente social, bem como sofre interferência dos contextos socialmente construídos, decorrentes das marcações coletivas descritas na teia cultural (GEERTZ, 1989, p.25).

4 TEORIA SOCIAL

Na teoria social, um conjunto significativo de autores apresentam a conformação da realidade social, referente ao mundo inteligível, cujos significados são compartilhados. Seus interesses estão em apreender como as ações dos atores sociais interferem no

mundo, uma imbricação entre o indivíduo e as ações coletivas apropriadas pelos sujeitos e transformadas em condicionantes socioculturais de diferentes grupos. Observa-se que, alguns autores privilegiam as ações individuais dos sujeitos, outros as ações coletivas e outros as ações conjuntas dessa apropriação. Sem a intenção de fechar um grupo de autores que poderiam contribuir para a compreensão das práticas informacionais, elegeu-se alguns que poderiam dar parâmetros para a constituição das relações de ação e significação das práticas informacionais.

Sobre as condições materiais vigentes na sociedade, Karl Marx (1818-1883) é a referência central do pensamento sociológico. Para ele, os recursos materiais determinam o pensamento e a consciência humana, suprindo inclusive os aspectos do espírito, visto apenas como ponto de partida para a necessária mudança. Reconhecido como pensamento dialético, os principais fundamentos da sua teoria, chamada de materialismo histórico, recusam a determinação imediata da economia sobre o social, voltando-se para o que o autor considera uma relação de dominação na sociedade, ao abordar a luta de classes como o motor das transformações sociais. Como observado na pesquisa empírica de Savolainen (1995), ele chama a atenção para a apropriação dos saberes de cada grupo, pois cada um deles tem uma forma interpretativa “do mundo da vida” a partir das condições materiais. Para Karl Marx (1978), as condições materiais operam por meio da classe social que o sujeito pertence, relacionando-os aos constructos sociais e de trabalho e aos modos como interferem na sua formação e na sua vivência, qualificando seus conhecimentos do mundo, e conformando sua forma de pensar (FERREIRA, 2010, p. 61).

A contribuição teórica de Karl Marx significou uma mudança de paradigma no pensamento social a partir do conceito de “relação”, observa-se que os sujeitos passaram a serem vistos com força de mudança e responsabilidade social, um avanço comparado a abordagem positivista hegemônica na época que compreendia caber ao homem, a simples constatação dos fatos (FERREIRA, 2010, p. 57). Karl Marx defendeu que o posicionamento dos sujeitos pertencente a um grupo de condições equivalentes nas relações de produção, determinaria sua existência e consciência com relação ao conjunto da sociedade. Karl Marx ao abordar as classes sociais, destacou-as pela relação de exploração, vigente no regime capitalista de produção, uma relação complementar e interdependente na compreensão social.

No âmbito das discussões de como é formado o tecido social, encontra-se em Durkheim (1858-1917) uma das mais importantes referências. O autor trata da relação

do indivíduo e da sociedade, de modo que assinala a dependência do indivíduo que nasce da sociedade, mas que ela mesma se traduz como um novo elemento, não dedutível aos indivíduos que a compõe (DURKHEIM, 1978. p.41). Durkheim defende a sociedade como um tecido “novo”, não de uma derivação imediata, criando a existência de um “consciente coletivo”, com suas leis, valores e sentimentos próprios, uma maneira própria de ação baseada na “solidariedade social”, ou seja, decorrente dos indivíduos que a formam, embora separados pela distinção dos mesmos, por existir um jeito próprio de reflexão no mundo (QUINTANEIRO; BARBOSA; OLIVEIRA, 2002, p. 77).

Durkheim considerou os fatos sociais uma força sobre os sujeitos a partir de três características fundamentais, a coerção social, referente o influxo que os fatos exercem sobre eles, induzindo-os a aceitar as regras vigentes, independentemente de suas vontades ou aptidões, submetidos a sanções quando contrariadas. A exterioridade dos fatos, quanto a autonomia do funcionamento das convenções independentes dos sujeitos, como exemplo Durkheim cita os sistemas de moedas, os instrumentos de crédito e as práticas profissionais. Por fim, o autor considera a generalidade dos fatos sociais, devido a possibilidade de se repetir pela imposição das situações à maioria dos sujeitos ou a todos os membros da sociedade (FERREIRA, 2010, p. 49).

No esforço da teoria social de lançar luz em como o indivíduo e a sociedade se conformam, alguns componentes traduzidos nas práticas sociais são fundamentais, como a interação e a reciprocidade simultâneas dos atores sociais, presente nas experiências vividas pelos sujeitos. Baseados no pragmatismo da Escola de Chicago, encontram-se os estudos sobre a interação que corresponde a uma relação face a face, como defende John Dewey (1859 – 1952) e Georg Simmel (1858 – 1918). Para Dewey (2010, p.122) em a Arte como experiência, a experiência vivida na interação é constituinte das significações dos sujeitos, ou seja, baseada no que a pessoa viveu e nos significados apreendidos por ela no contexto das suas experiências, ou seja, a partir dela é que se forma sua opinião sobre as ocorrências da vida (BABO, 2015, p. 77).

Assim como em Dewey, em que os sujeitos são afetados pelas próprias respostas aos estímulos dos outros e constitui-se um mundo comum por meio das experiências, a abordagem de Georg Simmel trata dos aspectos da formação do tecido social. O autor defende que o social é um conjunto formado por um todo relacional, decorrentes das relações dos indivíduos que o compõe, estabelecidas em contínuas e diferentes situações. Representado como numa simbiose de interdependência e reciprocidade. Simmel (2006)

defende que as relações sociais são caracterizadas por múltiplos e variados papéis sociais desempenhados em diferentes contextos e momentos. Para o autor, a sociedade e o indivíduo não se separam e são reconhecidos pelos papéis e estilos de vida, caracterizados pelas sociabilidades de comportamento entrelaçadas em esferas variáveis, mesmo que divergentes (FRANÇA, 1996).

Sobre Dewey, Babo (2015, p 75) destaca a interação dos sujeitos com o meio ambiente ou entre o indivíduo e a sociedade a partir da designação do autor sobre o que ele chama de “*transacção*”. O termo remete a uma negociação dos sujeitos para adaptação e ajustamento, na intenção de transformar o meio natural, social e cultural. Dessa forma, na negociação entendida por Dewey como uma necessidade para ajustar a realidade, os sujeitos estão, eles próprios, suscetíveis a sofrerem alteração. Dewey entende que a dinâmica de interação e cooperação consiste na experiência dos sujeitos, sendo que, o meio ou a situação é qualquer condição que interage com as necessidades pessoais, desejos, objetivos e capacidades para criar a experiência, ou seja condições objectivas (sic) e as condições internas (BABO, 2015, p. 76).

Em concordância, Alfred Schütz (1899 – 1959) afirma que o conhecimento do mundo e as decisões tomadas pelos sujeitos correspondem a uma realidade comum partilhada, construída e legitimada na intersubjetividade. Conforme o autor, a intersubjetividade está relacionada à socialização do conhecimento, constituída na compreensão coletiva do mundo assentada na “reciprocidade de perspectivas” que dão sentido à realidade objetiva das coisas e permite a rotina da vida, do cotidiano, apresentada nas atividades organizadas, satisfazendo as expectativas recíprocas e mantendo uma compreensão de mundo (SCHÜTZ, 1979, p.178). O conhecimento de mundo, como as convenções normativas, são repertórios para a ação na medida em que as tornam inteligíveis (TEIXEIRA, 2000. p.9).

Na opinião de Goffman (1922 – 1982), as interações dos sujeitos conformam os significados compartilhados, ao mesmo tempo que os mantêm, reforçam-nos e recriam-nos, os quais são referências para as interpretações que os sujeitos fazem do mundo (GOFFMAN, 1974, p. 10). Para o autor, o cotidiano, o mundo da vida, é apreendido na apresentação do Eu, no dia a dia, dando ênfase ao (Self) e ao desenvolvimento da interação com os outros. Nesse aspecto, o sujeito realiza uma leitura das ocorrências e faz um alinhamento das atitudes de adequação, com base na sua percepção. Goffman parte da premissa de que “a interação e seu desenvolvimento dependem [...] de um

compartilhamento e/ou cumplicidade” que o autor se apropriou do entendimento de William Thomas (1966), para os autores, refere-se à definição da situação realizada pelos atores sociais engajados nela (VELHO, 2008, p. 146).

O caminho de compreensão das práticas informacionais pelo enfoque da cultura e da interação dos sujeitos com as formas simbólicas conduz a uma construção dialética para buscar respostas nos entrelaços da realidade social. As dimensões dessa abordagem estudada por autores como citado no paradigma social de Capurro (2003), abarcam, além do campo da cultura, outras formas de sustentação das práticas de pesquisa ligadas ao modo como se opera o olhar ao objeto informacional, como a filosofia e a psicologia. Por ser um sistema entrelaçado de signos interpretáveis, a cultura não é um poder, algo a que podem ser atribuídos casualmente aos acontecimentos sociais, os comportamentos, as instituições ou os processos; ela é um contexto, algo dentro do qual os significados são apreendidos (GEERTZ, 1989, p. 24).

Na concepção das práticas informacionais, a informação é entendida a partir das relações de construção interpretativa, conforme as experiências pessoais de cada indivíduo, e das significações atribuídas a partir da dimensão intersubjetiva, baseada nas interações múltiplas, próprias dos seres humanos. À medida que as informações provocam a ação mental do indivíduo e passam a ser aplicadas em situações do cotidiano, reforçam o arsenal cultural institucionalizado por meio do funcionamento sócio-histórico, como defende Marteleto (1995). Como ocorre nas relações e interações dos sujeitos, como a metáfora da teia proposta por Geertz (1989), a questão informacional é um emaranhado de pontos que formam uma substância e se sustenta a partir das ligações que fazem, como prevê a perspectiva pragmática, que se liga a situações peculiares, podendo assumir outros sentidos em outros pontos.

O conceito de cultura, como um dos eixos norteadores para os estudos de práticas informacionais, é revelador, com característica semiótica, de ordem lógica e imaterial, reflete as construções imaginárias por compor as interações vistas como uma ação simbólica possível de ser investigada com base na análise concreta do arsenal intelectual e na análise científica da realidade. A visão da cultura, vista como dimensão simbólica na qual o cotidiano e práticas elementares indicam as representações sociais, pode ser entendida como um fio condutor para a formação do conhecimento expresso nas interpretações localizadas no terreno comum e interpretado como espelhamento das representações sociais.

Marteleto (1995) considera o processo de significação relacionado ao campo cultural, na medida em que a informação se caracteriza como um artefato, um arsenal intelectual dos sujeitos que cria suas ações com base nos valores socioculturais ao mesmo tempo que os reforça, conforme Geertz (1989). A interferência das representações simbólicas para a produção de conhecimento decorre das representações coletivas que são acionadas por processos subjetivos e estabelecidas pelo indivíduo no momento da interação, observável segundo Geertz (1989) pela interpretação da interpretação. Propõe-se, nesse sentido, apreender as significações que correspondem às práticas informacionais. A expressão do indivíduo, que é ao mesmo tempo um ser do coletivo que produz e reproduz ações simbólicas, públicas e culturais, é produto da leitura pessoal da realidade, tornando-se esse mesmo produto arsenal intelectual, conhecimento, informação, constituindo-se híbrido.

5 ANÁLISE E RESULTADOS

A metodologia adotada nesse estudo, baseou-se em uma investigação exploratória e reflexiva sobre os aspectos teóricos-epistemológicos da abordagem social. Os estudos das práticas informacionais relacionam a produção e a apropriação da informação, a formação do conhecimento, um movimento quase desprezível, devido à presença da relação informacional fluída no cotidiano, nem sempre racional, que envolve as práticas sociais diretas e indiretas, nos mais diversos contextos. Significa que a relação informação é dotada de actância, não um objeto absoluto, adaptável e independente da situação. Sobretudo porque, cada ser humano é único na imbricação dos valores sociais, construídos pelas vivências e experiências, de influências recíprocas, o que provoca uma diversidade infinita, que não cabe em modelos estáveis, dependentes de ambientes formais e institucionalizados. São processos dinâmicos de formação do conhecimento sustentado por fundamentos sociais, ligados aos aspectos estruturais, não como estáticos, mas em movimentos.

Para Capurro (2003) com base no paradigma social, a informação pode ser considerada o conhecimento em ação, ligado à maneira como as pessoas compartilham suas realidades umas com as outras. Frohmann (2008), em consenso com essa abordagem, critica o conceito da informação unicamente mentalista, reforçando a ideia da materialidade da informação para seu caráter social, além de relacionar a

especificidade dos sujeitos e a intersubjetividade que denotam o caráter construtivo da informação, no qual se dá a dimensão prática dos fluxos informacionais, sugerindo observar o objeto por abordagens pragmáticas, interpretando a informação não como coisa, mas como processo ou substância, construída histórica e culturalmente, podendo ser vista dessa forma apenas pela perspectiva dos sujeitos.

A informação é multidimensional e a investigação das propriedades e das práticas informacionais, seu fluxo, processamento e aplicação é o grande desafio para os estudos da área. Morin (1984, p. 93), em concordância com este pensamento e reforçando a complexidade da questão, considera o conceito de informação um “encruzilhado”, sendo necessária a aproximação de outros conceitos e fenômenos para dar respostas à análise da realidade social. Portanto, teorias que embasam modelos, em detrimento da compreensão de como se constroem os significados, valorizam os processos informacionais numa visão unidimensional do pensar, principal crítica aos estudos de usuários que promovem um afastamento das representações simbólicas observadas no campo da interação social

[...] não poderia ser equiparado com um ato singular de informar-se ou adquirir conhecimento pelo buscador de informações ou por um sujeito epistêmico, plausível de descrição em termos psicológicos ou cognitivistas (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2012, p.46).

Como destaca González de Gómez (2012), adquirir conhecimento não é um ato isolado, ao qual, em conformidade com a autora, a perspectiva de práticas informacionais envolve a ação dos sujeitos a partir dos valores sociais, imbricada no cotidiano e na constituição do humano, que por sua vez, abarcam explicações de formação do conhecimento e dos fenômenos sociais. Não se trata, portanto, do homem - informação como uma entidade separada, defendida por estudos de usuários clássicos, mas uma ação recíproca e inseparável, cujas explicações podem ser sustentadas por teorias antropológicas e sobretudo sociológicas.

6 CONCLUSÃO

Pesquisas sobre práticas informacionais fundamentadas pela teoria social clássica, caracterizam a perspectiva contemporânea de estudos de usuários, ao desvelar não um usuário de informação, mas um sujeito -agente, que se relaciona com os valores sociais e culturais no âmbito da informação. Nessa condição está imbricado o mundo interior

(sujeito – EU) e o mundo exterior (sujeitos – Nós) de forma simbiótica, ressaltando o aspecto praxiológico da interação contínua e permanente de ser e estar no mundo, conformando o conhecimento do sujeito sobre a realidade em que está envolvido.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, C. A. A. Paradigma social nos estudos de usuários da informação: abordagem interacionista. *Informação & Sociedade: Estudos*, João Pessoa, v. 22, n. 1, p. 145-159, jan./abr. 2012. Disponível em: http://basessibi.c3sl.ufpr.br/brapci/_repositorio/2015/12/pdf_d6ab172dde_0000012706.pdf. Acesso em: 29 ago. 2018.
- BABO, I. *Espectadores e públicos activos*. Lisboa: Nova Vega, 2015.
- BERTI, Ilemar Christina Lansoni Wey. Práticas Informacionais e o Valor da Experiência na Formação do Conhecimento. In: TANUS, Gabrielle Francinne de S. C.; ROCHA, Janicy Aparecida Pereira; BERTI, Ilemar Christina L. Wey (org.). *Práticas Informacionais em Diálogo com as Ciências Sociais e Humanas*. 1 ed. Florianópolis: Rocha Gráfica e Editora Ltda, 2021. (Selo Nyota) p. 21-37.
- BOURDIEU, P. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2000
- BOURDIEU, P. *Distinction: a social critique of the judgement of taste*. London: Routledge, 1984.
- CAPURRO, R. Epistemologia e ciência da informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., 2003, Belo Horizonte. *Anais [...]*. Belo Horizonte: Associação Nacional de pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação e Biblioteconomia, 2003. Disponível em: http://www.capurro.de/enancib_p.htm. Acesso em: 15 out. 2017.
- DEWEY, J. *Arte como experiência*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- DURKHEIM, E. *Da divisão do trabalho social*. São Paulo: Martins Fontes, 1978.
- FERREIRA, D. *Manual de sociologia: dos clássicos à sociedade da informação*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- FRANÇA, V. R. V. Comunicação, sociabilidade e cotidiano: o fio de Ariadne e a palavra da rua. In: PINTO, M. J.; FAUSTO NETO, A. *O indivíduo e as mídias: ensaios sobre comunicação, política, arte e sociedade no mundo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1996. p. 103-111.
- FROHMANN, B. O caráter social, material e público da informação. In: FUJITA, M. S. L.; MARTELETO, R. M.; LARA, M. L G (org.). *A dimensão epistemológica da ciência da informação e suas interfaces técnicas, políticas e institucionais nos processos de produção, acesso e disseminação da informação*. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Fundepe, 2008. p. 19-34.
- GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.
- GOFFMAN, E. *Frame analysis*. New York: Harper and Row, 1974.
- GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Regime de informação: construção de um conceito. *Informação & Sociedade: Estudos*, João Pessoa, v. 22, n. 3, p. 43-60, set./dez. 2012.
- MARTELETO, R. M. Cultura informacional: construindo o objeto informação pelo emprego dos conceitos de imaginário, instituição e campo social. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 24, n. 1, 1995.

MARX, K. *Manuscritos econômicos-filosóficos e outros textos escolhidos*. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978 (Os pensadores).

MORIN, E. *Sociologie*. Paris: Fayard, 1984.

QUINTANEIRO, T.; BARBOSA, M. L. O.; OLIVEIRA, M. G. de. *Um toque de clássicos*. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

ROCHA, Janicy Aparecida Pereira; GANDRA, Tatiane Krempser. Práticas informacionais: elementos constituintes. *Informação & Informação*, Londrina, v. 23, n. 2, p. 566-595, set. 2018.

SAVOLAINEN, R. Everyday life information seeking approaching information seeking in the context of “way of life”. *Library & Information Science Research*, Norwood, NJ, v. 17, n. 3, 259-294, 1995.

SHUTZ, A. *Fenomenologia e relações sociais: textos escolhidos de Alfred Schutz*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1979.

SIMMEL, G. *Questões fundamentais de sociologia: indivíduo e sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

TALJA, S. Constituting “information” and “user” as research objects: a theory of knowledge formations as an alternative to the information man-theory. In: VAKKARI, P.; SAVOLAINEN, R.; DERVIN, B (ed.). *Information seeking in context*. Londres: Taylor Graham, 1996. p. 67-80.

TEIXEIRA, C. Em busca da experiência mundana e seus significados: Georg Simmel, Alfred Schütz e a Antropologia. In: TEIXEIRA, C (org.) *Em busca da experiência mundana e seus significados: Georg Simmel, Alfred Schütz e a antropologia*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000. p. 9-33.

THOMPSON, J. *Ideologia e cultura moderna: teoria social na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis: Vozes, 1995.

VELHO, G. Goffman, mal-entendidos e riscos interacionais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 23, n. 68, p. 145-148, 2008.